



Revista
Educar Mais

Juventudes escolarizadas e “novo” Ensino Médio: uma (anti)política em questão?

Youth students and the “new” High School: an (anti)policy in question?

Juventudes escolarizadas y la “nueva” Secundaria: ¿una (anti)política en cuestión?

Gabrielle Bezerra da Silva¹

• Victor Hugo Nedel Oliveira²

RESUMO

Nos últimos anos, o Ensino Médio tornou-se alvo de intensos debates no campo educacional em decorrência da “reforma” imposta pela Lei 13.415/2017. Considerando as juventudes escolarizadas como um dos principais atores desse cenário, objetivou-se com a presente pesquisa investigar como vinha se dando a inserção de jovens de uma escola pública da rede estadual, localizada em Porto Alegre/RS, nas discussões sobre o “Novo” Ensino Médio. A investigação qualitativa, em formato de estudo de caso, produziu dados por meio da realização de um grupo focal com jovens estudantes do Ensino Médio Regular e membros do Grêmio Estudantil da escola em questão. Durante o diálogo, emergiram temas como trabalho, mobilidade urbana e saúde mental, destacando-se como elementos que marcam a condição juvenil dos participantes. Quanto ao “novo” modelo de ensino, no geral, o grupo expressa insatisfação, preocupando-se especialmente com o acesso ao Ensino Superior em seus projetos de vida e futuro. A discussão desenvolvida no texto e os resultados produzidos ao longo do grupo focal indicam que o “Novo” Ensino Médio pode ser interpretado como uma (anti)política para as juventudes escolarizadas.

Palavras-chave: juventudes; jovens; estudantes; Novo Ensino Médio; (anti)política.

ABSTRACT

In recent years, High School has become the subject of intense debates in the field of education due to the “reform” imposed by Law 13.415/2017. Considering school-aged youth as one of the main actors in this scenario, the aim of the present research was to investigate how the insertion of young people from a public school in the state network, located in Porto Alegre/RS, was occurring in discussions about the “New” High School. The qualitative investigation, in the form of a case study, collected data through the conduct of a focus group with young students from Regular High School and members of the Student Union of the school in question. During the dialogue, themes such as work, urban mobility, and mental health emerged, standing out as elements that characterize the youth condition of the participants. Regarding the “new” education model, overall, the group expresses dissatisfaction, particularly concerning access to Higher Education in their life and future plans. The discussion developed in the text and the results produced throughout the focus group indicate that the “New” High School can be interpreted as a (anti)policy for educated youth.

Keywords: youth; young; students; New High School; (anti)policy.

¹ Licenciada e Mestranda em Geografia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Bolsista Capes de Mestrado, Porto Alegre/RS – Brasil. E-mail: gabriellebezerrad@gmail.com

² Licenciado e Mestre em Geografia, Doutor em Educação, Professor do Departamento de Geografia e do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Porto Alegre/RS – Brasil. E-mail: victor.nedel@ufrgs.br

RESUMEN

En los últimos años, la Secundaria se ha convertido en objeto de intensos debates en el campo educativo debido a la "reforma" impuesta por la Ley 13.415/2017. Considerando a las juventudes escolarizadas como uno de los principales actores en este escenario, el objetivo de el presente estudio fue investigar cómo se estaba produciendo la inserción de jóvenes de una escuela pública de la red estatal, ubicada en Porto Alegre/RS, en las discusiones sobre la "Nueva" Secundaria. La investigación cualitativa, en formato de estudio de caso, produjo datos a través de la realización de un grupo focal con jóvenes estudiantes de la Secundaria Regular y miembros del Consejo Estudiantil de la escuela en cuestión. Durante el diálogo, surgieron temas como trabajo, movilidad urbana y salud mental, destacándose como elementos que marcan la condición juvenil de los participantes. En cuanto al "nuevo" modelo educativo, en general, el grupo expresa insatisfacción, preocupándose especialmente por el acceso a la Educación Superior en sus proyectos de vida y futuro. La discusión desarrollada en el texto y los resultados producidos a lo largo del grupo focal indican que la "Nueva" Secundaria puede ser interpretada como una (anti)política para las juventudes escolarizadas.

Palabras clave: juventudes; jóvenes; estudiantes; Nueva Secundaria; (anti)política.

1. INTRODUÇÃO

O Ensino Médio, etapa da educação básica que atende majoritariamente as/os jovens, tornou-se nos últimos tempos alvo de intensos debates no campo educacional em decorrência da "reforma" imposta pela Lei 13.415/2017 (Brasil, 2017). Como apontam Ferreri e Silva (2017), historicamente, o Ensino Médio esteve imerso em um campo de disputas por hegemonia político-ideológica, que adquiriu conotações diferenciadas conforme o contexto social e político no qual se inseriam. Nesse sentido, as transformações ocorridas no Brasil, sobretudo a partir da década de 1990, são particularmente relevantes no que concerne à compreensão dos eventos atuais, considerando o avanço das políticas neoliberais nesse período. Trata-se de um processo que se intensificou a partir de 2016, com o golpe contra a então Presidenta Dilma Rousseff, culminando numa fase de "[...] neoliberalismo mais regressivo cuja referência principal é a modernização tecnológica, no plano da produção, aliado ao capitalismo financeiro" (Ferreti; Silva, 2017, p.392). Não é coincidência que o "Novo" Ensino Médio (NEM) tenha sido aprovado nesse contexto.

O neoliberalismo, de acordo com Harvey (2014),

é em primeiro lugar uma teoria das práticas político-econômicas que propõe que o bem-estar humano pode ser mais bem promovido liberando-se as liberdades e capacidades empreendedoras individuais no âmbito de uma estrutura institucional caracterizada por sólidos direitos a propriedade privada, livres mercados e livre comércio (p.12).

Assim, enquanto as funções do Estado restringem-se à regulação e à defesa militar, com intervenções em níveis mínimos (Harvey, 2014), as políticas sociais são relegadas a um segundo plano, repercutindo na precarização e no dismantelamento de direitos fundamentais, como saúde, trabalho, previdência, transporte (etc.), e, claro, a educação. Mas, se por um lado, o avanço neoliberal depende da construção de um consentimento social que o valide (Harvey, 2014), por outro, isso nem sempre se dá passivamente, sem a emergência de conflitos. No caso do Ensino Médio, por exemplo, seu processo de reformulação foi amplamente contestado desde o início devido às alterações propostas, que pareciam desconsiderar a real dimensão dos impactos que seriam provocados. Desde 2016, ano em que a Medida Provisória 746/2016 foi aprovada, diversos estudos com diferentes abordagens foram produzidos a fim de retratar as problemáticas relacionadas ao NEM (Silva; Scheibe, 2017; Ferreti, 2018; Santos, 2018; Silveira *et al.*, 2018; Pestana; Lima, 2019), alertando, no geral, para um

dos seus principais efeitos: o aprofundamento das desigualdades no Brasil (para muito além da escolar).

Após seis anos entre um governo ilegítimo e outro de extrema-direita, que deferiram inúmeros ataques à educação pública, à ciência, a professores, a pesquisadores, entre outros, a posse do Presidente Lula em 2023, somada à implementação do “novo” modelo de ensino em instituições escolares de todo o país, fez aflorar uma onda de reivindicações em prol da revogação do NEM. O movimento ganhou força nas redes sociais com a utilização da hashtag #REVOGANEM, acompanhada por relatos de jovens estudantes sobre a situação do Ensino Médio em suas escolas. Reportagens que expunham alguns dos Itinerários Formativos que vinham sendo ofertados em escolas públicas, tais como “O que rola por aí”, “RPG”, “Brigadeiro caseiro”, “Mundo Pets SA” e “Arte de morar” (O Globo, 2023), também repercutiram. Nas ruas, milhares de jovens marcaram presença no Primeiro e no Segundo Dia Nacional de Mobilização pela Revogação do “Novo” Ensino Médio³, organizados pela União Brasileira dos Estudantes Secundaristas (UBES). À medida que novos desdobramentos se desenrolavam, mais atos ocorreram nos meses de agosto, outubro e dezembro de 2023 e abril de 2024.

Interpretar o NEM sob o viés das políticas públicas oferece uma compreensão mais profunda do problema para o qual foi concebido, incluindo seus possíveis conflitos, a trajetória seguida e o papel dos indivíduos, grupos e instituições que estão envolvidos na decisão e que serão afetados (Souza, 2006, p.40). Embora o Estado desempenhe um papel de destaque em ações que, assim como o NEM, impactam a vida dos cidadãos, Carlos, Dowbor e Albuquerque (2021), relembram como múltiplos atores podem fazer parte das etapas do ciclo de políticas públicas. Ao analisar os impactos de seis campanhas empreendidas por movimentos sociais, por exemplo, as autoras demonstraram como esses movimentos produziram efeitos na formação da agenda, especificação de alternativas, decisão e implementação da política investigada (Carlos; Dowbor; Albuquerque, 2021). No caso das juventudes, seu reconhecimento relativamente recente como sujeito de direitos destaca uma problemática significativa:

muitos programas, projetos, planos e políticas em geral não provêm de diálogos com os jovens, podendo-se neles se observar altas doses de improvisação, desconhecimento de problemáticas juvenis, ações irregulares e sem continuidade e total descompromisso com a construção de redes de possibilidades, acessos e oportunidades para a juventude, em especial aquela que mais necessita de políticas públicas, ou seja, os jovens pobres (Ribeiro; Macedo, 2018, p.111)

A problemática exposta pelas autoras não se afasta da maneira como o NEM se desenvolveu dentro do seu ciclo de política pública, resultando na sua interpretação, no presente texto, como uma (anti)política. Assim, por entender as juventudes como um dos principais atores do NEM, especialmente, as/os jovens das escolas públicas⁴, objetivou-se com esta pesquisa investigar como vinha se dando a inserção de jovens escolarizados de uma escola pública da rede estadual, localizada em Porto Alegre/RS, nas discussões sobre o “Novo” Ensino Médio. Para tanto, o texto foi estruturado em outras quatro seções além desta introdução. Em “Notas conceituais” são aprofundadas questões vinculadas às juventudes escolarizadas e ao NEM; em “Metodologia” encontram-se descritas as características gerais da pesquisa, seu cenário, sujeitos, estratégias de produção e análise de dados,

³ Esses dois primeiros atos ocorreram, respectivamente, nos meses de março e abril de 2023.

⁴ No Brasil, em 2023, foram registradas cerca de 7,7 milhões de matrículas no Ensino Médio, sendo que as redes públicas estaduais concentravam sozinhas 83,6% desse total (Brasil/MEC/Inep, 2024).

e cuidados éticos; em “Resultados e discussões” apresentam-se informações referentes à condição juvenil dos participantes e às suas experiências escolares no contexto do NEM; e, por fim, em “Considerações finais”, retomam-se elementos anteriormente discutidos que corroboram com a argumentação de que o NEM se configura como uma (anti)política *para* as juventudes.

2. NOTAS CONCEITUAIS: JUVENTUDES ESCOLARIZADAS E “NOVO” ENSINO MÉDIO

No Brasil, com base no Estatuto de Juventude (EJUVE), considera-se jovem toda a pessoa com idade entre 15 e 29 anos (Brasil, 2013). Porém, ao adotar uma perspectiva homogeneizadora como essa, esbarra-se em um cenário de acentuada singularização de trajetórias, atitudes e comportamentos juvenis (Pais; Cairns; Pappámikail, 2005). Nesse contexto, o conceito de “geração ioiô”, utilizado por Pais, Cairns e Pappámikail (2005), ilustra como as transformações no mercado de trabalho e nas estruturas familiares, por exemplo, enfraqueceram as referências culturais que serviam de fio condutor biográfico às trajetórias individuais. Tais transformações, além de fortalecer os processos de singularização biográfica desses sujeitos, evidenciam como a condição de ser jovem, em geral, extrapola limites etários estabelecidos. É desse entendimento, isto é, de que não existe uma única maneira de ser/estar jovem, que, segundo Oliveira (2021, p.364), “[...] decorre o mais frequente uso das expressões ‘juventudes’ e ‘jovens’, no plural, em detrimento do uso das mesmas expressões no singular, justamente para expressar essa dimensão do coletivo, da diversidade e das múltiplas possibilidades analíticas”.

Embora se saiba que nem todas/os as/os jovens estejam em situação escolar, neste artigo busca-se enfatizar a relação entre juventudes e escola, como forma de promover um diálogo mais efetivo com os participantes da pesquisa. Com isso, a partir de Dayrell (2007), tem-se que essa relação é caracterizada por uma série de tensões e conflitos, intrinsecamente ligados às transformações sociais em curso, que incidem tanto sobre as/os jovens quanto sobre a escola. A complexidade surge na medida em que:

o jovem leva consigo o conjunto de experiências sociais vivenciadas nos mais diferentes tempos e espaços, [...] que vai influenciar, e muito, a sua experiência escolar e os sentidos atribuídos à ela. Por outro lado, a escola que ele frequenta apresenta especificidades próprias, não sendo uma realidade monolítica, homogênea (Dayrell, 2007, p.1118).

Trata-se de um cenário flexível e fluido, marcado pela individualização crescente e identidades plurais (Dayrell, 2007), que reflete, cada vez mais, a necessidade de repensar a escola para responder às novas demandas juvenis. Além disso, Dayrell (2007) esclarece que, embora não seja o único, a escola se constitui como espaço de sociabilidade entre as/os jovens – dimensão que parece atender às suas necessidades de comunicação, solidariedade, democracia, autonomia, trocas afetivas e de identidade. O autor pontua que é em torno dessa sociabilidade que, muitas vezes, a escola e seu espaço físico acabam sendo apropriados pelas juventudes escolarizadas, ganhando novos sentidos (Dayrell, 2007) – o que pode se dar tanto de maneira mais pontual quanto no cotidiano escolar.

As ocupações secundaristas de 2015 e 2016 remetem a um desses exemplos mais pontuais. Segundo Groppo e Silveira (2020, p.12-13), as ocupações foram um movimento fundamental “[...] na formação política auto-organizada de um grupo de pessoas durante o processo que teve como lugar a escola”. Foram jovens que, naquele momento, territorializaram a escola, ressignificando esse ambiente, suas socializações e aprendizagens, por meio de uma experiência de participação política. Já em exemplos

mais recorrentes, tem-se os Grêmios Estudantis, que de acordo com Figueirôa e Miranda (2021), funcionam como importantes espaços de coletividade e de desenvolvimento de experiências participativas, contribuindo, portanto, para a promoção do protagonismo juvenil e de práticas democráticas.

Mas, apesar desses exemplos e do próprio histórico de luta das juventudes brasileiras, Abramo (1997, p.27), explica que persiste “[...] um diagnóstico que identifica nos jovens um desinteresse pela política e de um modo mais geral pelas questões sociais, [...] tornando-os ‘prépolíticos’ ou quase que inevitavelmente ‘a-políticos’”. Na concepção da autora, “resta, assim, de um modo amplo e difundido, a manutenção de uma desqualificação generalizada da atuação pública dos jovens e um temor relativo à inserção dos jovens nos processos de construção e consolidação da democracia” (Abramo, 1997, p.28). A situação alia-se com o que Oliveira *et al.* (2018) descrevem como “juvenicídio moral”, ou seja, a estigmatização, o menosprezo constante, o não levar em conta o que as/os jovens querem ou dizem. E, por isso, ao versar sobre as demandas das juventudes contemporâneas, Oliveira *et al.* (2018) elencam “ter voz” como uma das principais, indicando o desejo das/os jovens de serem verdadeiramente ouvidos pela sociedade.

De certa forma, é possível afirmar que essas vozes ecoaram nas medidas referentes ao “Novo” Ensino Médio, adotadas pelo Governo Federal a partir de 2023, tendo em vista que a pressão popular foi um fator crucial para a ocorrência dos inúmeros desdobramentos que envolveram a Lei 13.415/2017 (Brasil, 2017). Dentre essas medidas, destaca-se como a mais recente o Projeto de Lei 5.230/2023, que propõe modificações em pontos da Lei anterior, especialmente, em relação ao aumento da carga horária da Formação Geral Básica. O PL, aprovado com alterações pela Câmara dos Deputados em março de 2024, seguiu para a avaliação do Senado e aguarda novos trâmites. Contudo, sem decisões definitivas, até o momento as principais modificações decorrentes do NEM permanecem em vigor.

Algumas dessas modificações incluem, por exemplo: a nova estrutura do currículo, agora composto em parte pelos componentes curriculares da Formação Geral Básica e em parte pelas unidades curriculares vinculadas aos Itinerários Formativos, o que levou à uma redução expressiva da carga horária da primeira; a organização dos Itinerários Formativos de acordo com as possibilidades de cada sistema de ensino, revelando a desvantagem em que se encontra a rede pública, sobretudo em questão material/infraestrutural; a contratação de “profissionais de educação” por meio da comprovação de notório saber; a abertura de possibilidades para parcerias com instituições privadas e para realização de parte do Ensino Médio na modalidade à distância, numa lógica explícita de mercantilização do ensino público. Esse conjunto de mudanças, ao ser analisado em suas implicações, releva-se como um retrocesso nos direitos reivindicados e conquistados pela sociedade ao longo do tempo, além de promover a precarização das mais distintas esferas de vida das/os jovens a curto, médio e longo prazo... E é justamente nesse sentido que o NEM pode ser interpretado como uma (anti)política *para* as juventudes.

3. METODOLOGIA

A pesquisa possui uma abordagem qualitativa e quanto à sua natureza categoriza-se como aplicada, pois, busca contribuir para fins práticos e resolver problemas identificados na esfera da sociedade (Gil, 2023). Em relação aos seus objetivos, é classificada como exploratória e descritiva. Isso porque nas primeiras há a intenção de proporcionar maior familiaridade com o problema, o que pode se dar por meio da interação com pessoas que tiveram experiências práticas com o assunto pesquisado (Gil,

2023). E nas segundas, a finalidade é descrever as características de determinada população ou fenômeno, incluindo, para isso, o levantamento de opiniões, atitudes e crenças de um grupo (Gil, 2023). A pesquisa pode ser delineada também como um estudo de caso, que segundo Gil (2023, p.34-35), “consiste no estudo profundo e exaustivo de um ou poucos casos, de maneira que permita seu amplo e detalhado conhecimento [...]”. Pontua-se que por tratar-se de um estudo de caso único, embora os resultados encontrados possam dialogar com outras realidades, não são generalizáveis.

O cenário de investigação é uma escola pública da rede estadual, localizada em Porto Alegre/RS. Essa instituição atende as etapas do Ensino Fundamental, Ensino Médio (Regular e EJA) e Ensino Técnico, operando nos turnos da manhã, tarde e noite. Em 2023 – ano em que a pesquisa foi desenvolvida – o número de alunos ficava em torno de 800, distribuídos em aproximadamente 35 turmas. O Indicador do Nível Socioeconômico (Inse), referente ao ano de 2021, classificou o perfil dos alunos da escola em Nível V⁵, mesma categoria em que se enquadram 67,20% do total de 186 escolas estaduais de Porto Alegre cujos dados estavam disponíveis.

Os sujeitos da pesquisa são cinco jovens, estudantes do Ensino Médio Regular e membros do Grêmio Estudantil. A razão de conduzir o estudo com esses sujeitos em específico foi motivada pela compreensão de que no Grêmio Estudantil, espaço dedicado à troca de ideias e à discussão dos interesses dos estudantes, as/os jovens tendem a se colocar como voz ativa nas decisões da escola (Figueirôa; Miranda, 2021). E por conta desse maior envolvimento nos processos escolares, imaginou-se que se as questões sobre o “Novo” Ensino Médio tivessem sido pautadas em algum momento na escola, possivelmente, teriam passado pelo Grêmio Estudantil.

Para a produção de dados adotou-se a estratégia metodológica do grupo focal, que “[...] se baseia em gerar e analisar a interação entre participantes, em vez de perguntar a mesma questão (ou lista de questões) para cada integrante do grupo por vez, o que seria a abordagem favorecida pelo que é mais usualmente referido como sendo a ‘entrevista de grupo’” (Barbour, 2009, p.20). O diálogo se dá em torno de um tema em particular que, no caso, tratou-se do NEM. Um roteiro prévio com questões foi organizado e alguns materiais de estímulo, como reportagens e o resumo do EJUVE, foram utilizados para incitar o debate com e entre os participantes. O grupo focal foi desenvolvido em uma sessão que durou aproximadamente 1h30min.

A técnica de análise de dados empregada foi a análise de conteúdo (Bardin, 2011). Como apresentado por Bardin (2011), essa técnica envolve três fases e, portanto: na *pré-análise* transcreveu-se o conteúdo gravado durante o grupo focal, distribuindo-o em categorias analíticas pré-definidas; na *exploração do material* realizou-se a análise dos dados propriamente dita, aplicando sistematicamente as decisões tomadas anteriormente; e, por fim, no *tratamento dos resultados*, as informações obtidas foram interpretadas e validadas. As categorias analíticas elencadas *a priori* foram: I) Os jovens e as juventudes e II) Os jovens e o “Novo” Ensino Médio. A partir da primeira categoria buscou-se identificar aspectos da condição juvenil dos jovens participantes, e pela segunda, procurou-se

⁵ “Neste nível, os estudantes estão até meio desvio-padrão acima da média nacional do Inse. A maioria dos estudantes respondeu ter em sua casa uma geladeira, dois ou mais celulares com internet, um carro, mesa para estudar, wi-fi, TV por internet, garagem, forno de micro-ondas, máquina de lavar roupa e freezer. Algumas respostas não obtiveram maioria, mas indicam que parte dos estudantes afirmou possuir um ou dois banheiros, uma ou duas televisões, dois ou mais quartos para dormir, aspirador de pó, um computador e escolaridade da mãe (ou responsável) variando entre ensino médio e ensino superior completo e do pai (ou responsável) entre ensino fundamental completo e ensino médio completo.” (Brasil. MEC/Inep, 2023).

compreender suas experiências e percepções acerca das mudanças que estavam vivenciando na escola enquanto estudantes do Ensino Médio.

Ressalta-se que, em conformidade com os cuidados éticos necessários para as pesquisas em Ciências Humanas e Sociais, definidos pela Resolução nº 510/2016 do Conselho Nacional de Saúde (Brasil, 2016), todos os procedimentos metodológicos foram devidamente esclarecidos aos participantes. O termo de anuência foi assinado pela instituição escolar, os termos de assentimento foram assinados por todos os participantes menores de 18 anos e os termos de consentimento foram assinados por um participante maior de idade e pelos responsáveis dos demais alunos. Optou-se por não identificar a escola na qual o estudo foi conduzido e nem os nomes verdadeiros dos jovens participantes.

4. RESULTADOS E DISCUSSÕES

Antes do início do grupo focal propriamente dito, os jovens escolheram pseudônimos para serem referidos no decorrer da pesquisa. Por isso, conforme determinado por eles próprios, suas identificações correspondem no texto aos países *Brasil, Chile, China, França e Japão*. A idade desses cinco jovens variava de 15 a 20 anos. Quanto à etnia, dois deles autodeclararam-se pretos, dois brancos e um indígena. Em relação ao gênero, todos afirmaram-se masculinos. A maior parte dos participantes estava no segundo ano do Ensino Médio e era membro do Grêmio Estudantil há aproximadamente um ano. Dois trabalhavam e três não, embora esses últimos tenham manifestado o desejo de começar em breve. Na esfera política, três jovens identificaram-se como de esquerda, um não soube informar e o outro afirmou não possuir identificação com nenhum espectro político.

A primeira pergunta direcionada aos participantes foi: “para vocês, o que é ser jovem?”. Uma associação inicial foi realizada com o fator idade, no caso, ter menos de 18 anos – isso seria “literalmente” ser jovem. Contudo, essa condição também teria a ver com ser “instável” e “irresponsável” – adjetivos que não surgem desvinculados de um conjunto de estereótipos que recaem sobre as juventudes. “Preocupado” e “sobrecarregado” foram mais duas características mencionadas pelos jovens, que disseram existir uma cobrança maior em relação à sua geração quando comparada às gerações passadas. Após discutirem o significado de ser jovem, os participantes foram indagados se eles mesmos se consideravam jovens, sendo a resposta majoritária “não”. Segundo um deles:

é que eu acho que todo mundo nasce de uns tempos para cá, todo mundo que já nasce já vem pensando no futuro, no que vai fazer no futuro, no que vai trabalhar, no que vai estudar. Então, a gente aprende a ser mais maduro do que realmente a gente é quando a gente precisa. A gente cresce adulto já. Acho que tem muita gente que é mais responsável do que deveria ser, então, a gente acaba se sentindo mais deslocado perto de pessoas que não tem tanta responsabilidade ou não pensam tanto no futuro (França).

Certamente, a condição observada na fala, de amadurecer e assumir responsabilidades mais cedo que o considerado ideal, vincula-se a recortes sociais específicos que, muitas vezes, configuram a impossibilidade de se experienciar de fato a juventude. Tanto é, que nesse mesmo momento, um dos jovens mencionou ter começado a trabalhar aos 12 anos de idade, o que não foi uma simples escolha sua. Ele pontua:

o sistema me impôs fazer essa escolha, tá ligado? Eu poderia ter escolhido, tipo, não ter um tênis bom para ir para a escola, entendeu? Mas não ter um tênis bom também foi uma imposição, sabe? Tipo, alguém tomou essa escolha por mim, alguém tomou, o sistema tomou essa escolha por mim, me pôs nesse sistema, sabe? E impôs para muitos jovens, perder a juventude (Chile).

A maior parte do grupo concordou sobre não estar vivenciando sua juventude da forma como gostaria, ou que precisaria, como dito. Outra questão levantada aos participantes teve como base os estudos de Abramo (1997) e Oliviera *et al.* (2018), que abordam a existência de um discurso que identifica o jovem como um sujeito desinteressado por questões políticas e sociais, culminando em uma desqualificação/menosprezo por aquilo que querem e/ou dizem. Deste modo, perguntou-se aos participantes se isso era algo que ocorria com eles. Afirmaram que há uma generalização muito grande por parte das pessoas em relação a tratar o jovem como desinteressado, e deram o exemplo do próprio Ensino Médio:

então, acho que não sei, não entendo muito o que comentar sobre isso. Hum, mas eu acho que muito desse argumento de que o jovem é desinteressado é só uma desculpa. Porque quem está desinteressado de verdade são eles. Porque ninguém veio falar com os jovens sobre o que eles achavam de um Novo Ensino Médio. Por quê? Porque não estavam interessados. E aí falaram o quê? Que quem não estava interessado era o jovem. Não foi? (França).

Além dessas, questões mais específicas vinculadas à condição juvenil do grupo foram pautadas pelos jovens ao longo do grupo focal. Desta forma, "trabalho", "mobilidade urbana" e "saúde mental", deram origem à três categorias analíticas elencadas *a posteriori*. Sobre o trabalho⁶, verificou-se que os jovens ansiavam começar a trabalhar, como forma de conquistar sua autonomia financeira. Porém, eles expuseram a dificuldade de conseguir o primeiro emprego, mesmo como estagiários ou jovens aprendizes, devido à falta de experiência profissional exigida em entrevistas das quais participaram. Paralelamente, um cenário mais amplo também preocupa: as transformações nas relações de trabalho e produção na contemporaneidade vêm impactando profundamente o segmento juvenil. Segundo Oliveira *et al.* (2018),

[...] a juventude sempre havia tido uma preparação para o mercado de trabalho, os jovens tinham possibilidades de acesso a alguma ocupação remunerada. Isto a médio ou longo prazo levava a uma possibilidade de emanciparem-se e ter uma carreira autoconstruída. Isto está desaparecendo, está se precarizando de uma maneira alarmante. O trabalho dos jovens: o salário, o tempo e as condições de trabalho, eles estão perdendo direitos sociais que historicamente haviam sido conquistados na modernidade (p.314).

Durante o diálogo, um dos participantes (Chile) chegou a reconhecer que a maioria dos jovens vivenciam hoje uma crise econômica que, inclusive, piorou no período da Pandemia da Covid-19. Questionou-os, então, se achavam que o NEM poderia vir a influenciar a questão da empregabilidade de alguma forma. Um dos jovens (Brasil) disse que não só influenciaria, como prejudicaria. Explicou que a redução da carga horária de matérias como Matemática, por exemplo, afetaria o futuro trabalhador, privando-o da quantidade de aulas que realmente deveria ter. Constata-se, com isso, que "[...] a supressão do direito dos jovens de continuarem tendo acesso a conhecimentos que foram produzidos e acumulados pela sociedade nas diferentes áreas do conhecimento" (Silveira *et al.*, 2018, p.106-107), acaba sendo mais um dos impactos gerados pelo NEM.

A mobilidade urbana⁷ foi outro ponto bastante enfatizado pelos jovens no decorrer da conversa, expondo a situação precarizada que envolve a passagem escolar em Porto Alegre. Acontece que o processo de obtenção e renovação do passe estudantil foi extremamente burocratizado em decorrência de medidas intencionais adotadas pela atual prefeitura da cidade. Como esclarecido por

⁶ O direito à profissionalização, ao trabalho e à renda, é garantido aos jovens pelo EJUVE (Brasil, 2013).

⁷ O direito ao território e à mobilidade é garantido aos jovens pelo EJUVE (Brasil, 2013).

Culau e Silva (2023), desde 2019 até 2022, o número de estudantes que utilizavam o TRI Escolar⁸ apresentou uma redução de 77%. O quadro é tão grave e perverso, que os jovens relataram ter de escolher determinados dias da semana para não ir à aula, de estar com a frequência escolar abaixo dos 70% ou de ter que pedir aos motoristas do transporte público para andar gratuitamente nos ônibus, por muitas vezes não conseguirem pagar o deslocamento de ida e volta até a escola.

A saúde mental também foi assunto discutido pelos participantes. Além de reconhecerem a importância dos cuidados mentais hoje em dia, ressaltaram a falta de atendimento psicológico nas escolas em geral. Destaca-se a partir disso, que o direito à saúde, de forma integral, é garantido aos jovens pelo EJUVE (Brasil, 2013) e, ainda, que a Lei 13.935/2019 resolve em seu Artigo 1º que “as redes públicas de educação básica contarão com serviços de psicologia e de serviço social para atender às e prioridades definidas pelas políticas de educação, por meio de equipes multiprofissionais” (Brasil, 2019). Ao solicitar que, se possível, o grupo definisse o jovem em uma única palavra, a escolha foi “ansioso” – essa seria a definição de jovem. E, não por acaso, que segundo os participantes, os maiores desejos, sonhos e esperanças juvenis atualmente, relacionar-se-iam com ter boas condições financeiras e também mentais.

Embora o NEM tenha sido abordado em vários momentos até aqui, um ponto específico do diálogo foi dedicado a este assunto, permitindo verificar algumas das implicações do “novo” modelo de ensino na instituição investigada a partir das experiências e percepções dos participantes. Anteriormente à realização do grupo focal, supôs-se que os jovens estariam a par dessas discussões, fosse em maior ou menor grau, por estarem vivenciando a implementação do NEM, por integrarem o Grêmio Estudantil e pela própria proporção que o tema começou a ganhar em meados de 2023. Com isso, perguntou-se aos participantes o quão informados achavam-se a respeito do NEM. Afirmaram que “médio”, acrescentando que o Grêmio Estudantil acaba sendo um espaço privilegiado nesse sentido, mas que muitos alunos da escola ainda não entendiam muito bem tudo o que estava acontecendo. Contaram que foram poucos os colegas que lhes procuraram – enquanto membros do Grêmio – para entender a situação.

Foi indagado, então, se seus pais/responsáveis sabiam dessas mudanças, mas a resposta foi “não”. Complementaram dizendo que alguns pais não gostaram ou nem souberam das suas idas aos atos ocorridos em Porto Alegre, referentes ao Primeiro e ao Segundo Dia Nacional de Mobilização pela Revogação do “Novo” Ensino Médio. E que outros pais não permitiram o comparecimento justamente por não saberem do que se trata o NEM:

...ou eles [os responsáveis] não permitem por ignorância. Muitas vezes é porque eles não sabem o que seria o Novo Ensino Médio e porque a gente tem que lutar contra ele, e eles acabam não deixando. Só que tipo, como que um governo implanta algo nas escolas e os pais, os responsáveis das pessoas que vêm aqui estudar, não sabem o que que é isso? Então os alunos estão vindo aqui, estudando o que o governo deu e se ‘fudendo’, porque depois essas matérias que estão caindo... Eu vou fazer o ENEM esse ano, tenho certeza que nada do que aprendi até agora vai cair no ENEM e... (França).

E o da escola privada vai porque eles estudaram (Chile).

E os pais não tem noção disso, sabe? (França).

⁸ “TRI Escolar” é o nome do cartão destinado aos estudantes de Porto Alegre, pelo qual obtêm acesso à passagem escolar para utilização dentro dos limites da cidade.

Esse desconhecimento, tanto por parte dos colegas dos participantes quanto dos pais/ responsáveis, não chega a ser surpreendente, dado a falta de diálogo e discussão sobre o NEM com a comunidade escolar e a sociedade em geral antes e após a sua aprovação. Além do mais, nota-se que os próprios jovens já levantam a questão da disparidade entre o ensino público e o privado, compreendendo que o “novo” modelo impacta principalmente o estudante da escola pública. Os jovens também mencionaram que quando o modelo começou a ser implementado na escola, tudo aconteceu muito rápido e as explicações ocorreram de forma superficial. Perguntou-se, a partir disso, se achavam que o assunto deveria ter sido melhor discutido com as turmas e, caso sim, por quem. Para a primeira pergunta responderam que “sim, definitivamente”, concluindo que isso deveria ter sido realizado em conjunto com a direção, o Grêmio Estudantil e o corpo docente da escola.

Uma das principais estratégias de propaganda adotadas pelo governo Temer para promover a aceitação do NEM foi a promessa de que as/os jovens teriam a liberdade de escolher o que iriam cursar. E apesar de muitos especialistas terem apontado as falhas e impossibilidades para que essa “escolha” realmente se efetivasse, foi somente com a implementação do NEM que se começou a observar a concretização desses alertas. Os jovens participantes da pesquisa, por exemplo, explicaram que escolheram algumas das novas disciplinas propostas, porém, no final, acabaram cursando outras que nem mesmo haviam optado. Na sua escola, segundo eles, são ofertadas as matérias de Cultura e Tecnologia, Direitos Humanos, Expressividade e Autoconhecimento, Iniciação Científica, Mundo do Trabalho, Projeto de Vida e Relações de Gênero. É interessante notar que os jovens não descartam a importância desses conhecimentos em nenhum momento do diálogo, mas ressaltam que se tratam de matérias que passam a ocupar um espaço do currículo sem necessidade:

eu acho que tem matéria que tem, tipo, menos importância, mas está ocupando matérias que são importantes (China).

Uhum. Biologia, quantos períodos de Biologia tu tem na semana? (França)

Um. Ou dois? (China).

Um? Um período de Biologia na semana? Quem é que consegue passar no ENEM com um período de Biologia, na semana? Dois anos de um período de Biologia? (França).

Nesse cenário, os jovens estudantes relataram que cada um estava cursando aproximadamente 20 matérias (anteriormente eram cerca de 15), o que resultou em um aumento significativo no número de trabalhos e provas que devem realizar ao longo do ano letivo. Quando questionados sobre as possíveis consequências do NEM, os jovens expressaram mais uma vez uma grande preocupação com o acesso ao Ensino Superior, uma situação diretamente ligada às suas perspectivas de futuro. Um dos participantes afirmou:

eu não sei se tem consequência para o lado bom. A consequência é a faculdade, o ENEM que a gente vai precisar estudar lá para frente e a gente não vai ter. As matérias que a gente podia estar estudando agora para a gente chegar lá no ENEM e fazer bonito foram trocadas por algo inútil, que a gente vai chegar lá e a gente só vai se dar mal (Brasil).

Para encaminhar ao encerramento desse momento do grupo focal, indagou-se qual era a opinião geral dos jovens sobre o NEM, que, em sua maioria, foram negativas. Descreveram-no como “inútil”, “massivo” e “muito ruim”. De acordo com um dos jovens: “*é inútil, não me ensinou ‘porra’ nenhuma e ainda acrescenta mais matérias e mais trabalhos do que eu já tenho*” (França). E da mesma forma que em relação ao “jovem”, solicitou-se que, se possível, definissem o NEM em uma única palavra.

Eles brincaram: “inútil”, “chocha”, “capenga”, “manca”, “anêmica”⁹, mas acabaram, em conjunto, elencando a palavra “incapacitada”, no sentido de que o modelo de ensino em questão não seria capaz de promover mudanças positivas ao Ensino Médio.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O “Novo” Ensino Médio insere-se em um contexto social e político marcado pelo avanço das políticas neoliberais, evidenciando uma tendência que vem se consolidando no Brasil desde os anos 1990 e ganhando ainda mais forças a partir de 2016. Fundamentado na ideologia do Estado mínimo, conforme analisado por Harvey (2014), o processo de neoliberalização afeta não somente antigos poderes e estruturas institucionais, mas também divisões de trabalho, relações sociais, promoção de bem-estar social, modos de vida e de pensamento, etc. No Brasil, tem-se como exemplos concretos desse preocupante cenário de enfraquecimento de políticas públicas sociais, as “reformas” administrativas aprovadas nos últimos anos, como a trabalhista, a previdenciária, a tributária e, claro, a “reforma” do Ensino Médio.

Pela perspectiva adotada neste estudo, entende-se que a “reforma” educacional que deu origem ao NEM, tem como um de seus principais sujeitos os milhões de jovens estudantes que cursam a última etapa da educação básica. São eles que se encontram diariamente nas salas de aulas de todo o país e que experienciam, conseqüentemente, os impactos das transformações provocadas pelo “novo” modelo de ensino. Desta forma, reconhece-se que dar voz/ouvir as/os jovens é imprescindível para que o Ensino Médio possa ser, conjuntamente, repensado de maneira mais democrática e justa. Considera-se ainda que o papel desempenhado pela escola é fundamental para incentivar o protagonismo juvenil, ao se posicionar como espaço aberto à promoção de diálogos e ao incorporar em seus propósitos uma educação mais emancipatória, crítica e cidadã.

O objetivo principal desta pesquisa foi investigar como vinha se dando a inserção de jovens escolarizados de uma escola pública da rede estadual, localizada em Porto Alegre/RS, nas discussões sobre o “Novo” Ensino Médio, e se essa política pública, no campo da educação, não estaria se transformando em uma possível (anti)política para as juventudes escolarizadas. Para tanto, adotou-se uma abordagem qualitativa, no formato de estudo de caso, em que a forma de produção de dados deu-se pela estratégia metodológica do grupo focal. O grupo focal ocorreu em uma sessão, com duração aproximada de 1h30min, e foi conduzido com cinco jovens, estudantes do Ensino Médio Regular e membros do Grêmio Estudantil da escola onde o estudo foi desenvolvido.

Durante do diálogo com e entre os jovens, o trabalho emergiu como uma importante categoria analítica, assim como a mobilidade urbana e a saúde mental, possibilitando identificar alguns dos elementos que marcavam a condição juvenil dos participantes da pesquisa. Quanto às suas experiências e percepções associadas ao NEM, verifica-se que, no geral, os estudantes não parecem satisfeitos com as “novas” mudanças. O grupo expressou preocupações com a prova do ENEM e com o ingresso no Ensino Superior, evidenciando como o atual modelo de ensino tende a repercutir nas vidas das/os jovens para além da escola. Percebeu-se que os participantes eram sujeitos a par e bastante envolvidos com os assuntos pautados, sendo o Grêmio Estudantil um espaço que privilegiava essa condição. Afirma-se que os jovens estavam inseridos “por suas contas” nessas discussões, visto

⁹ Os adjetivos fazem referência à uma fala da jornalista e apresentadora do Jornal Nacional, Renata Vasconcellos, que viralizou/virou *meme* nas redes sociais em 2017.

que, como se sabe, as juventudes escolarizadas não tiveram a oportunidade de estarem presentes em espaços decisórios onde pudessem contribuir, de fato, com a construção de uma política para o Ensino Médio.

Por fim, são elementos que marcam o ciclo de política pública do atual Ensino Médio: os poucos debates e a baixa participação da sociedade no processo de formulação do modelo de ensino; a imposição da Lei 13.415/2017 via medida provisória; sua implementação nas instituições escolares, que avançou mesmo com os alertas de pesquisadores e especialistas do campo educacional e as diversas manifestações da comunidade escolar, incluindo as/os jovens. A partir dessas considerações e dos resultados produzidos com os jovens no grupo focal, conclui-se que o “Novo” Ensino Médio pode ser interpretado como uma (anti)política *para* as juventudes escolarizadas. Ainda, lembra-se que tais processos encontram-se em franco acontecimento e aguardam, portanto, novos desdobramentos. Enquanto isso, a educação pública não pode deixar de ser afirmada como direito fundamental, que deve garantir condições igualitárias, e jamais excludentes, para os jovens estudantes de todo o Brasil.

6. REFERÊNCIAS

ABRAMO, Helena Wendel. Considerações sobre a tematização social da juventude no Brasil. **Revista Brasileira de Educação**. São Paulo: ANPEd, n. 5, maio-agosto; n. 6, setembro-dezembro, p.25-36, 1997. Disponível em: http://educa.fcc.org.br/scielo.php?pid=S1413-24781997000200004&script=sci_abstract. Acesso em: 09 abr. 2024.

Após reforma do ensino médio, alunos têm aulas de 'O que rola por aí', 'RPG' e 'Brigadeiro caseiro'. **O Globo**, 13 fev. 2023. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/brasil/noticia/2023/02/aula-de-rpg-ou-de-cuidados-com-o-pet-professores-e-pais-criticam-disciplinas-inusitadas-do-novo-ensino-medio.ghtml>. Acesso em: 09 abr. 2024.

BARBOUR, Rosaline. **Grupos focais: coleção pesquisa qualitativa**. Bookman Editora, 2009.

BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011.

BRASIL. **Lei nº 12.852, de 5 de agosto de 2013**. Institui o Estatuto da Juventude e dispõe sobre os direitos dos jovens, os [...]. Brasília, 5 ago. 2013. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2013/Lei/L12852.htm. Acesso em: 09 abr. 2024.

BRASIL. **Lei nº 13.415, de 16 de fevereiro de 2017**. Altera as Leis n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, [...]. Brasília, 16 fev. 2017. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/l13415.htm. Acesso em: 09 abr. 2024.

BRASIL. **Lei nº 13.935, de 11 de dezembro de 2019**. Dispõe sobre a prestação de serviços de psicologia e de serviço social nas redes públicas de educação básica. Brasília, 11 dez. 2019. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2019/lei/l13935.htm. Acesso em: 09 abr. 2024.

BRASIL. MEC. Inep. **Censo Escolar da Educação Básica 2023: Resumo Técnico**. Brasília, 2024. Disponível em: https://download.inep.gov.br/publicacoes/institucionais/estatisticas_e_indicadores/resumo_tecnico_censo_escolar_2023.pdf. Acesso em: 09 abr. 2024.

BRASIL. MEC. Inep. **Nível Socioeconômico (Inse)**. Brasília, 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/aceso-a-informacao/dados-abertos/indicadores-educacionais/nivel-socioeconomico>. Acesso em: 10 abr. 2024.

BRASIL. Ministério da Saúde. Conselho Nacional de Saúde. **Resolução nº 510, de 7 de abril de 2016**. Brasília, 2016. Disponível em: <http://conselho.saude.gov.br/resolucoes/2016/Reso510.pdf>. Acesso em: 10 abr. 2024.

CARLOS, Euzeneia; DOWBOR, Monika; ALBUQUERQUE, Maria do Carmo. Efeitos de movimentos sociais no ciclo de políticas públicas. **Caderno CRH**, v. 34, 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ccrh/a/XZ6RkGC5yJrZLmxsG4Msv6R/>. Acesso em: 26 abr. 2024.

CULAU, Giovanni; SILVA, Airton. Artigo | Estudantes com TRI Escolar despenca 77% na atual gestão de Porto Alegre. **Brasil de Fato RS**, 3 mai. 2023. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2023/05/03/artigo-estudantes-com-tri-escolardespenca-77-na-atual-gestao-de-porto-alegre>. Acesso em: 13 abr. 2024.

DAYRELL, Juarez. A escola "faz" as juventudes? reflexões em torno da socialização juvenil. **Educação & Sociedade**, v. 28, n. 100, p.1105-1128, 2007. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/es/a/RTJFy53z5LHTJjFSzq5rCPH/?format=html>. Acesso em: 09 abr. 2024.

FERRETTI, Celso João. A reforma do Ensino Médio e sua questionável concepção de qualidade da educação. **Estudos avançados**, v. 32, p. 25-42, 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ea/a/RKF694QXnBFGgJ78s8Pmp5x/?lang=pt&format=html>. Acesso em: 13 abr. 2024.

FERRETI, Celso João; SILVA, Monica Ribeiro da. Reforma do Ensino Médio no contexto da Medida Provisória nº 746/2016: Estado, currículo e disputas por hegemonia. **Educação & Sociedade**, v. 38, p.385-404, 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/es/a/LkC9k3GXWjMW37FTtfSsKTq/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 09 abr. 2024.

FIGUEIRÔA, Plínio Xavier de; MIRANDA, Humberto da Silva. Adolescentes-Jovens e o Grêmio Estudantil na escola pública: questões sobre participação. **Cadernos do Aplicação**, v. 34, n. 1, 2021. Disponível em: <https://www.seer.ufrgs.br/CadernosdoAplicacao/article/view/111030>. Acesso em: 09 abr. 2024.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 7. ed. [2º Reimp.]. Barueri: Atlas, 2023.

GROPPO, Luís Antonio; SILVEIRA, Isabella Batista. Juventude, classe social e política: reflexões teóricas inspiradas pelo movimento das ocupações estudantis no Brasil. **Argumentum**, v. 12, n. 1, p.7-21, 2020. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/argumentum/article/view/30125>. Acesso em: 09 abr. 2024.

HARVEY, David. **O neoliberalismo: história e implicações**. São Paulo: Edições Loyola, 2014.

OLIVEIRA, Victor Hugo Nedel. Juventudes e educação: estado da arte de publicações em revistas A1 de Universidades Federais Brasileiras (2010 - 2019). **Revista Educar Mais**, v. 5, n. 2, p.358-372, 2021. Disponível em: <https://periodicos.ifsul.edu.br/index.php/educarmais/article/view/2279>. Acesso em: 09 abr. 2024.

OLIVEIRA, Victor Hugo Nedel *et al.* Culturas juvenis e temas sensíveis ao contemporâneo: uma entrevista com Carles Feixa Pampols. **Educar em Revista**, v. 34, p. 311-325, 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/er/a/V3LyTqKVfWfz6ZGNnfVHbz/>. Acesso em: 09 abr. 2024.

PAIS, José Machado; CAIRNS, David; PAPPÁMIKAIL, Lia. Jovens europeus: retrato da diversidade. **Tempo social**, v. 17, p. 109-140, 2005. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ts/a/KqRBrN38XXzfy35s7CjBktb/?format=html&lang=pt>. Acesso em: 27 abr. 2024.

PESTANA, Grazielle de Jesus; LIMA, Ângela Maria de Sousa. A BNCC do ensino médio no contexto da lei nº 13.415/2017: desafios e perspectivas para as juventudes das escolas públicas. **Semina: Ciências Sociais e Humanas**, v. 40, n. 2, p.147-166, 2019. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S1676-54432019000200002. Acesso em: 13 abr. 2024.

RIBEIRO, Eliane; MACEDO, Severine. Notas sobre políticas públicas de juventude no Brasil: conquistas e desafios. **Revista de Ciências Sociais**, v. 31, n. 42, p. 107-126, 2018. Disponível em: http://www.scielo.edu.uy/scielo.php?pid=S0797-55382018000100107&script=sci_arttext&tlng=pt. Acesso em: 26 abr. 2024.

SANTOS, José Erimar dos. O lugar da Geografia na BNCC e na Reforma do Ensino Médio: aprofundamento de deficientes cívicos. **Anais... VII ENALIC; VII Encontro Nacional das Licenciaturas; VI Seminário do PIBID e I Seminário do Residência Pedagógica**. Fortaleza/CE, 2018. Disponível em: <http://www.editorarealize.com.br/editora/anais/enalic/2018/443-55877-30112018-232928.pdf>. Acesso em: 13 abr. 2024.

SILVA, Monica Ribeiro da; SCHEIBE, Leda. Reforma do ensino médio: pragmatismo e lógica mercantil. **Retratos da Escola**, v. 11, n. 20, p.19-31, 2017. Disponível em: <https://retratosdaescola.emnuvens.com.br/rde/article/view/769>. Acesso em: 13 abr. 2024.

SILVEIRA, Éder da Silva *et al.* O "novo" ensino médio: apontamentos sobre a retórica da reforma, juventudes e o reforço da dualidade estrutural. **Revista Pedagógica**, v. 20, n. 43, p.101-118, 2018. Disponível em: <https://bell.unochapeco.edu.br/revistas/index.php/pedagogica/article/view/3992>. Acesso em: 13 abr. 2024.

SOUZA, Celina. Políticas públicas: uma revisão da literatura. **Sociologias**, p. 20-45, 2006. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/soc/a/6YsWyBWZSdFgfSqDVQhc4jm/?for>. Acesso em: 26 abr. 2024.

Submissão: 28/04/2024

Aceito: 01/07/2024